



**Cativeiros em desconstrução nos movimentos sociais do campo: Um olhar sobre as relações étnico-raciais MST e MMTR-NE.**

Ranúzia Moreira de Lima Netta[1]

Allene Lage[2]

Eixo 3: Educação no campo, Movimento Sociais

**Resumo:**

Este artigo objetiva estudar as questões sobre raça-etnia e suas repercussões nos movimentos sociais do campo. Este é fruto de uma pesquisa de iniciação científica concluída que assumiu um caráter investigativo, tendo como percurso metodológico a pesquisa qualitativa e o método do caso alargado, e como campo empírico os Movimentos Sociais do Campo, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e o MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Brasil. As nossas conclusões apontam que o debate acerca das relações étnico-raciais dentro dos movimentos sociais do campo vem se fortalecendo, e tem sido conjugado com outras formações e temáticas de maneira à desconstruir cativeiros culturais que permeiam as relações inter-humanas, na luta contra as opressões que demarcam a sociedade desde a época da colonização.

Palavras-chaves: Raça-etnia. MST. MMTR.

**Summary:**

This paper aims to study the issues of race-ethnicity and its impact on rural social movements. This is the result of a survey completed initiation scientific took an investigating, with the methodological approach to qualitative research and the extended case method, and empirical field as the Field of Social Movements, MST - Movement of Landless Rural Workers, and MMTR-NE - Movement of Rural Women Workers in the Northeast. Our findings show that discussions of ethnic and racial relations within the social movements of the field is getting stronger, and has been combined with other teams and topics in order to deconstruct cultural captivity that permeate the inter-human relations, the fight against oppressions which distinguish the society Brazilian from the time of colonization.

Keywords: Race-ethnicity. MST. MMTR.

## Introdução

Este artigo refere-se a um projeto de iniciação científica que delinea no âmbito de uma pesquisa de produtividade científica do CNPq que se encontra em seu último ano e, portanto em fase em conclusão. Neste sentido, contempla o último objetivo específico o qual é o de estudar as repercussões no interior dos movimentos sociais referentes às dimensões de raça/etnia, geração e sexualidade das mulheres que participam dos movimentos sociais do campo, especificamente o Movimento das Mulheres Trabalhadora Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-PE), numa perspectiva comparada, no sentido proposto por Lage (2005, p. 676), que diz que comparar é “estabelecer pontes, aproximar margens, abrir caminhos para o diálogo”.

O conceito estruturador do nosso projeto é o de “**cativeiro**” como metáfora para dizer que todas as mulheres de alguma maneira vivem presas e condenadas às concepções dominantes e patriarcais de sociedade. Assim, é possível discutir as questões de raça/cor das mulheres trabalhadoras rurais, como lugares-cativeiros, onde residem as diversas opressões, submissões e também conquistas pessoais e coletivas. Para tanto, recorreremos ao conceito antropológico de cativeiro trabalhado por Marcela Lagarde[3] com relação à condição da mulher na sociedade patriarcal.

A luta das mulheres contra as desigualdades, parte das relações de gênero, mas se amplia nas diferentes condições em que as mulheres se encontram, tal como afirma Bellucci (2001) quando afirma que “*No existe um modelo único de lucha contra la desigualdad, pero sí una multiplicidad de luchas que pueden ser diferentes entre sí, como diferentes son las mujeres de acuerdo a su condición de clase, etárea, cultural, étnica, su nacionalidad y su opción sexual.*” Nessa perspectiva, queremos delinear nossa discussão a cerca de uma dessas categorias, sendo esta as relações étnico-raciais presente nos Movimentos Sociais do Campo.

Nosso trabalho está estruturado em: 1) Cativeiro, delineando sobre as opressões que se instituem diante dos feitos sociais, 2) Raça-etnia, um dos cativeiros que se constitui desde a época da colonização, 3) Metodologia adotada para subsidiar o desenvolvimento do Trabalho, sequenciando com o 4) Caso dos Movimentos Sociais do Campo e Resultados obtidos, 5) Comparação entre as experiências do MST e MMTR-NE, 6) Conclusão e 7) Referências.

## Cativeiro

A conjectura social é formada por demarcações institucionais, políticas, econômicas, de gênero, orientação sexual, relações étnico-raciais, geracionais, entre outras que se institui como modelo, e, deve ser repercutido e vivenciado de forma engendrada. E, essas demarcações que se instauram como hegemonia patriarcal, se apresentam fortemente na construção dos papéis sociais, em relação ao corpo, ao comportamento, a liberdade de decisão, de expressão e de ação. Dentre outras demandas, que estão envoltos do poder, da cultura e dos feitos construídos ao longo dos anos que correlaciona fortemente aos aspectos culturais.

Nesse arcabouço, destacamos o conceito “**cativeiro**”, o qual é direcionado as privações, as repressões, e aos direcionamentos que a mulher ocupa e assume na sociedade atualmente, pois, as construções da tradição, as experiências relacionais, estão presentes fortemente, fazendo com que haja imposições subjetivas, imposições esclarecidas, perpassando assim para a reprodução de ações, a reprodução de falácias, que compõe o indivíduo enquanto ser social.

O sentido de “**Cativeiro**” segundo Marcela Lagarde (2005, p.151): “*es la categoría antropológica que sintetiza el hecho cultural que defini el estado de las mujeres en el mundo patriarcal: se concreta políticamente en la relación específica de las mujeres con el poder y se caracteriza por la privación de la libertad*”.

Nessa perspectiva, os feitos que se são concretizados dia a dia, são proposições sociais e culturais. Definindo dessa forma os papéis que devem ser assumidos pela mulher, levando em consideração os aspectos econômicos, territoriais, sexuais, geracionais, raciais e etc. Diante disso:

*“las relaciones, las instituciones, las normas, y las concepciones -, son espacios del poder: el trabajo y las demás actividades vitales, la sabiduría, el conocimiento, la sexualidad, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo, y la subjetividad, es decir, los sujetos y sus creaciones, son espacios del poder”(Ibid., 2005, p.155).*

As determinações de poder, as quais se estabelecem aos longos dos anos, definem as condições que os grupos sociais se instauram, bem como as linguagens, as representações e as convicções. Nesse sentido, os aspectos estabelecidos pela representação da masculinidade repercutem na formação e na transformação do sujeito feminino, com isso, a situação de “**cativeiro**” está presente na construção social do que é ser mulher, e dessa forma, quais são as condições necessárias para viver, e como delinear essa vida em uma demanda organizada pelas exigências do masculino, estabelecendo assim, o poder patriarcal, o qual marca fortemente a liberdade das mulheres, a privação das escolhas. Ocorrendo, além disso, a diferenciação da condição da mulher rica, branca e heterossexual já cativa pela condição de mulher para a mulher negra, a mulher pobre, e a mulher homossexual ou bissexual, levando em consideração os aspectos geracionais para aptidão de responsabilidade, de exercício de poder, e de escolher o que fazer, mesmo que estejam sob uma ótica masculinizada e subalternizada. Com isso, Lagarde (2005, p. 152):

*El cautiverio caracteriza a las mujeres en cuanto al poder de la dependencia vital, el gobierno de sus vidas por las instituciones y los particulares (los otros), la obligación de cumplir con el deber ser femenino de su grupo de adscripción, concretado en vidas estereotipadas, sin opciones. Todo esto es vivido por las mujeres desde la posición de subordinación a que las somete el dominio de sus vidas que, en todos los aspectos y niveles, ejercen la sociedad u la cultura clasistas y patriarcales.*

As mulheres são ensinadas a viverem sobre determinações patriarcais, vivendo sobre o domínio exercido diretamente ou indiretamente pelo homem, assumindo posturas, e vivências privadas de sua própria autonomia. Estando com isso, limitada para protagonizações, para reproduções, independentemente da sua vontade ou da sua consciência. Então (Ibid, 2005, p.152) diz que:

*La persona cautiva se encuentra privada de su libertad. En nuestra sociedad, la norma hegemónica de la libertad es clasista y patriarcal: burguesa, machista, heterosexual, heteroerótica y misógina. Por eso son libres históricamente los individuos y los grupos sociales que pertenecen a las clases sociales dominantes, a los grupos genéricos y de edad dominantes (hombre, adultos, productivos o ricos y heterosexuales), a las religiones u otras ideologías dominantes: católicos y nacionalistas revolucionarios.*

É perceptível, que a mulher nas demandas sociais, culturais, econômicas, é cativa, mesmo sem se considerarem, pois os poderes existentes conferem o poder ao dominador, sendo este dominador a figura masculina, essas condições se afirmam e reafirmam pela condição histórica, a qual impõe o cumprimento de deveres designando a repercussão desse poder, através da transcendência aos demais. Nesse ínterim:

*Todos los hechos sociales y culturales – las relaciones, las instituciones, las normas, y las concepciones–, son espacios del poder: el trabajo y las demás actividades vitales, la sabiduría, el conocimiento, la sexualidad, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo y la subjetividad, es decir, los sujetos u sus creaciones, son espacios del poder.*

Portanto, os feitos sociais, culturais e as relações que são estabelecidas na conjuntura social se delineia em relações de poder, que estabelece o poderio do homem sobre a mulher, e como as normatizações acontecem e são reproduzidas e engendradas. Estabelecendo espaço, território, sexualidade, obediência, definições políticas, obrigações sociais, ou seja, desempenham atividades que emanam das decisões masculinas, e, que são instituídas como hegemônica. Estando sujeitas as atividades físicas, intelectuais, sexuais que são explicadas e ensinadas diante do arcabouço cultural.

### **Raça/etnia**

Com origens no período da expansão marítima no século XV, sobretudo, no processo de colonização da América, a ideia de raça vem se constituindo dentro de uma lógica de classificações onde toma por base características fenotípicas (QUIJANO, 2000). As relações que vão se configurando a partir dessa lógica hierárquica imposta pelos colonizadores vai formando, assim como Quijano (2000) diz um forte e durável instrumento de dominação onde “os povos conquistados e dominados foram postos em uma situação natural de inferioridade e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Ibidem).

De fato, a lógica que sustenta as bases de opressão perdura até hoje, mesmo com a trajetória de lutas e resistências de grupos subalternizados ter tido consideráveis avanços. Apesar de o preconceito ser crime, a realidade que se instala no contexto das relações sociais é configurada por ações excludentes, no qual discrimina aquele/a cuja característica se assemelha a determinados grupos excluídos historicamente. Neste cenário, a categoria raça vem sendo analisada dentro de uma perspectiva histórica e cultural, entendendo-a enquanto uma construção social e não biológica. No que se refere à etnia, compreendemos que “a consciência desse fato é baseada em objetivos, tais como uma língua, raça ou religião comum, por vezes territórios comum, atual ou passado, ou ainda na ausência destes, de instituições e associações” (ADESKY, 2005:191).

O conceito de raça segundo Munanga (2006, p.174) “pode nos remeter a diversas dimensões, como a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão... e as imagens construídas e mantidas sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país”. Percebemos que raça está fortemente atrelada à construção social, embora seja usado muitas vezes em um sentido biológico, ademais, muitos teóricos não aceitam o sentido de raça justamente por ter esse dualismo em sua interpretação, postulando como raças superiores e inferiores.

Nessa perspectiva, acreditamos que o poder exercido e firmado na era colonial diante do saber construiu e, solidificou-se diante de hierarquias que retrata o viés social. Em face disso, a questão racial está sob uma ótica binária, a qual está relacionada às relações de europeus e não europeus, ou seja, brancos e não brancos, com isso, essa perspectiva envolta de duas vertentes construídas pelos papéis sociais que estão no topo da hierarquia, definem as questões das identidades. Dessa forma, os indígenas se tornam índios, e, os povos africanos tornam-se negros, não reconhecendo as diversas culturas, as diversas relações, e, as identificações dos povos, reduzindo-os de povos para povo. Como nos descreve Mignolo (2005):

*El modelo de humanidad renacentista europeo se convirtió en hegemónico, y los indios y los esclavos africanos pasaron a la categoría de seres humanos de segunda clase, y eso cuando se los consideraba seres humanos. Se trata de los*

*cimientos históricos, demográficos y raciales del mundo moderno/colonial. En este contexto, la cuestión de la raza no se relaciona con el color de la piel o la pureza de la sangre sino con la categorización de individuos según su nivel de similitud o cercanía respecto de un modelo presupuesto de humanidad ideal. La noción de raza sería similar a la de etnia, pues la raza se refiere a la genealogía sanguínea, genotípica o de color de la piel y la etnia incluye la lengua, la memoria y un conjunto de experiencias compartidas pasadas y presentes, por lo que comprende un sentido cultural de comunidad, lo que las personas tienen en común.* (MIGNOLO, 2007, p. 41 e 42)

O sentido cultural que demarca as pessoas desde alguns séculos anteriores até os dias atuais, é expressivo nas construções sociais acerca das questões étnico-raciais, pois os traços físicos são característicos para expressar qual “raça” você faz parte, deixando a margem, de que existe apenas uma raça, a qual é a raça humana. E, todas as pessoas, sejam de traços físicos semelhantes ou distintos fazem parte. Com isso, é viável ressaltar que diante da configuração social as características raciais não estão ligadas apenas as representações físicas. *“Es importante recordar que la categorización racial no se aplica únicamente a las personas sino también a las lenguas, las religiones, los conocimientos, los países y los continentes”.* (Ibid., p.42). Portanto, a categorização racial está delineada nas esferas culturais, econômicas, religiosas etc..

## **Metodologia**

Esta pesquisa tem o intuito de sistematizar aspectos do conhecimento concernente aos movimentos sociais do campo e as experiências das lutas das mulheres para romper com os cativeros que incorporados historicamente às suas vidas. Neste sentido Gil define pesquisa como o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (GIL, 2008: 26). Assim, buscando aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado, do encontro da teoria com a realidade, da ação com a criatividade, optamos por uma pesquisa mais qualitativa, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais deste estudo.

Para fins desta pesquisa iremos utilizar o *método do caso alargado*. Este método nasce dentro do Estudo de Caso e a partir dele amplia suas implicações. Utilizaremos inicialmente o estudo de caso, que é um estudo que requer um esforço do pesquisador, possibilitando que o mesmo sistematize um conhecimento abrangente e detalhado favorecendo um aprofundamento analítico nos aspectos da vida real, na descrição do contexto social e as explicações fenomenológicas destes. Deste modo escolhemos o *método do caso alargado*, pois este é uma estrutura metodológica que fundamenta o trabalho com foco num aprofundamento da conclusão do estudo de caso, propiciando ampliar as considerações relevantes sobre o objeto de estudo. Favorece uma análise abrangente, ressaltando a diversidade e amplitude dos temas em questão na sociedade. Segundo Santos *apud* Lage (2005:163):

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983:11).

A nossa pesquisa está delimitada ao estudo de dois movimentos sociais do campo sendo estes: o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste-MMTR/NE e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco-MST com foco na questão da raça/etnia. A nossa escolha se deu em primeiro lugar pela trajetória de luta desses dois movimentos sociais do campo e em segundo lugar pelo tempo da vida destas experiências.

Mesmo havendo diferenças entre os dois movimentos, especialmente porque um contempla as lutas de

gênero entre mulheres e homens dentro da mesma organização e dentro de uma luta maior a Reforma Agrária e, o outro a luta de gênero dentro de uma organização somente de mulheres, há entre estas duas experiências uma convergência dos cativos na vida das mulheres do campo.

O grande foco de observação e análise para a análise destas experiências serão os encontros, no sentido de que é no contato com os sujeitos que entendemos os casos a ser estudados e as percepções que cada sujeito da pesquisa tem sobre o movimento e sobre si mesmo tanto como sujeito individual quanto coletivo. Com isso as técnicas de coleta de dados serão várias, de modo a atender as oportunidades de compreensão que estes encontros podem oferecer. Entre estas técnicas estão a observação participante, as conversas informais e as entrevistas semi-estruturadas, que segundo Gil (2008), “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (GIL, 2008:109).

Nesta pesquisa será utilizado o instrumento analítico a técnica de análise de conteúdos que nos permite uma análise crítica fugindo do senso comum e nos possibilitando uma investigação satisfatória para responder nosso problema. A análise de conteúdo é uma técnica que nos possibilita verificar as informações. Como técnica pode ser desenvolvida em diversas pesquisas. Segundo Valla (2001), “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALLA, 2001: 104).

## **Caso dos Movimentos Sociais do Campo e Resultados**

### **O Caso do Movimento das Mulheres Trabalhadora Rurais do Nordeste- MMTR/NE**

O Movimento de Mulheres das Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE é uma organização de mulheres rurais, que foi instituído enquanto organização na década de 80 em Pernambuco e na Paraíba, hoje se estende a todo o nordeste, com representações dos estados que o compõe nas direções Do Movimento. Tendo visibilidade de forma estadual, nacional e latino americano. Tendo como ações e debates sobre o empoderamento da mulher, produção e geração de renda, violência contra a mulher entre outros debates que instauram a luta por novas relações de gênero.

O MMTR-NE Movimento de grande representatividade na luta pelo empoderamento da mulher tem feito assembleias, tem participado de eventos que fortalece o debate das relações de gênero, que amplia os horizontes de relações entre as trabalhadoras rurais, e possibilita novos conhecimentos, nossos diálogos, desconstruções e novas formações. Apesar de toda a ação política, toda a expressividade de luta, e todos os avanços, alguns temas que fazem parte das relações humanas em termos de debates ainda estão em construção, e, as relações étnico-raciais fazem parte dessa pouca discussão. Nesse sentido, uma militante que faz parte da direção, pontua que:

“Essa questão aí a gente já tá mais avançada um pouquinho, inclusive hoje a gente estava colocando a diversidade dos estados dentro do movimento, assim, porque no Maranhão, é o Movimento de Mulher Trabalhadora Rural, mas lá a gente tem indígena, tem quilombolas, tem Mulheres Trabalhadoras Rurais, tem quebradoras de coco, então é uma diversidade dentro do movimento, e aí, como a gente trabalhar essa questão Porque assim: Trabalhar com uma comunidade quilombola é diferente de trabalhar com as extrativista, ou então com indígena, e aí pra que a gente possa tá trabalhando essa questão, nós temos que tá também buscando parceria com as organização que trabalha especificamente com indígena, com quilombola, com extrativista, pra que a gente possa tá trabalhando essa identidade de raça e etnia, mas nós já começou, já tem essa discussão dentro do movimento” (Diário de Campo, diretora do Maranhão, 06/12/2012).

A diversidade em um Movimento, em uma composição de diretoria, não significa que as subjugações, que as sujeições, as dominações da sociedade não estejam presentes, pois:

“a modernidade deu lugar às grandes reflexões sobre **Cultura e Identidade** que continuam a dominar os debates sobre as sociedades. Foram as noções de raça e civilização, assumidas com novos argumentos teóricos e científicos a partir do século XVI, que orientaram esse debate. De maneira grosseira e arbitrária, a raça delimitaria, oficialmente, três compartimentos geográficos, supostamente civilizacionais e raciais: a Europa “branca”, a Ásia “amarela” e a África “negra”. Não havia mais como fugir da raça, Ela seria, cada vez mais, a categoria privilegiada e totalizadora que demarcaria os espaços mais básicos entre os humanos e que sustentariam tantos as diferenças como as razões para explicá-las” (CÉSAIRE, 2010, p.10).

É nesse preâmbulo, que o termo raça tem se referido às características externas do ser humano. Tornou-se cativo, pelo fato de existir a negação do eu sou negro, eu sou negra, devido à configuração inferiorizada ensinada e construída socialmente. Nesse âmbito, os Movimentos Sociais, ainda precisam enfaticamente trabalhar essas questões como é trabalhado as questões de gênero, e do papel que a mulher enquanto protagonista e participante do poder atua, desestabilizando e desconstruindo os objetivos, e as metas que o poder hegemônico instaura.

### **O Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, desde a década de 80, luta pela reforma agrária e pelo socialismo, diante da Resistência das desigualdades sociais, Da Ocupação de terras improdutivas, e Da Produção de plantações, criações de quintais produtivos etc, objetivando uma sociedade justa e igualitária, que defenda o direito de todos e todas.

A ideia de raça-etnia se configura por características físicas, por ações culturais que demarcam a história de diferentes comunidades, apresentando-se diante de um binarismo, estabelecendo dessa forma, raça superior e raça inferior, ficando conhecidos esses termos de forma hostil, acentuando a desigualdade racial, diante de práticas, e reproduções de falácias racistas. Os termos raça e etnia não estão dissociados dos Movimentos Sociais. As discussões acerca das relações étnico-raciais no MST são vivenciadas nas inter-relações, no resgate da cultura, no respeito à diversidade, em uma tentativa de desconstruir o que foi construído historicamente e socialmente diante do eurocentrismo, o qual demarca a sociedade até a atualidade, isso é indicado na fala de uma assentada e professora na escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

“Olhe, eu apesar de ser de descendência italiana, eu nunca vi as pessoas por sua cor, por essa questão de opção sexual, cor, raça, e acho que dentro do movimento tem uma grande preocupação de trabalhar isso, a preocupação de tu trabalhar enquanto pessoa humana, e não como classificação preto, branco, se és homossexual, heterossexual, ou se gosta de música ou não, eu por exemplo, sou da diversidade, acho que o movimento tem essa preocupação em trabalhar essas questões da cultura, de resgatar a cultura camponesa, de trabalhar a origem das pessoas, de valorizar o trabalho que se faz, de contar história, mesmo assim a gente faz, fala, pesquisa, vai na casa das pessoas de mais idade, para saber como era no tempo deles o namoro, com era a produção, como era a história, esse resgate para a pessoa se sentir incluída, eu não vejo assim dentro do movimento essa questão racial ou discriminatória, pode ser que seja porque eu não faço, mas eu não vejo, tu olhar o nosso grupo aqui, o de estudo, ele é de

uma diversidade muito grande, de vários estados, diferentes culturas, negro, branco, de descendentes indígenas, então, eu acho que essa miscigenação é que faz o movimento ser diferente”(Diário de Campo, Professora, 28/01/13).

Percebemos ao analisar essa fala, diante do que está visível, e, diante do que não é notória, que a discussão sobre os assuntos étnico-raciais são tratados, apesar de não haver formação específica para tratar da temática, sobretudo, pelo fato de não existir a convicção formativa do Movimento, quando se refere a essa discussão. Nessa perspectiva, acreditamos que o reconhecimento das diferenças, das identidades peculiares das pessoas em relação às características físicas, como cor da pele, o formato do cabelo etc. no MST requer outras discussões, para ampliar o que já existe, e enfatizar a desconstrução da opressão racial, que de forma sutil demarca as relações sociais. Nesse sentido, para Lagarde (apud Eisenstein, 2005, p.89-90):

*“... para entender la opresión de la mujer es necesario examinar las estructuras de poder que existen em nuestra sociedad. (...) El patriarcado capitalista en tanto que sistema jerárquico explorador y opresor requiere de la opresión racial junto com la opresión sexual y la de clase. Las mujeres comparten la opresión unas con otras, pero lo que comparten como opresión sexual es diferente según das clases y las razas, de la misma manera que la historia patriarcal siempre há dividido y diferenciado a la humanidad según la clase y la raza”.*

Em termos de formação enquanto Movimento, enquanto ideologias, se não existir no campo do debate, através de formação, de discussões, de construções e desconstruções, os conhecimentos que são reproduzidos e autenticados nos objetivos do Movimento, nas assembleias, nas formações, apenas estarão centralizadas em ideologias hegemônicas. Por isso, o MST, vem pontuando de forma dialógica com outras temáticas acerca das relações étnico-raciais. Apesar de ser pouco pautada essa temática não é reconhecida pelas militantes como ausência, veem como um debate superado. Vemos isso na fala da militante do setor de educação:

“essa parte da raça e etnia, é superado, é tranquilo, no campo do debate isso é pouco, diferente do campo da sexualidade, ela é mais leve, não é um cativoiro, a gente tem dentro do nosso território uma mistura grande, de raças e conseguimos inserir todos e dialogar. Aqui no nosso centro de formação, temos a participação de praticamente todos os sujeitos, nós temos um grupo de educadores indígenas que vem para cá fazer umas etapas, e que não tem nenhum enfrentamento, talvez pouco no campo de debate ainda, mas está inserido na luta” (Diário de Campo, militante do setor de educação, 28/01/13).

Dessa forma, percebemos que a vivência sobre as caracterizações, as construções, sobre raça e etnia, são vivenciados através do respeito ao/a outro/a, independente das características físicas, sendo recorrente aos processos de formação, a perspectiva política que é instaurada no Movimento, com isso, acreditamos, que o debate deve ser alargado, com o intuito de fortalecer a luta contra as desigualdades raciais ainda existentes na nossa sociedade, e, enquanto Movimento Social, as demarcações históricas são reproduzidas de alguma forma. E, de forma pontual e expressiva descaracterizada, pois as lutas e os debates são decorrentes de formações, buscando uma sociedade mais justa e que respeita as diferenças existentes em todas as esferas sociais.

### **Comparação entre as experiências do MST e o MMTR-NE**

As questões referentes à raça-etnia nos Movimentos Sociais do Campo têm sido vivenciadas através das formações políticas, nas relações inter-humanas e ideológicas. No entanto, em termo de debates, no sentido de formações específicas com essa temática, com uma perspectiva formativa há uma fragilidade.



No Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, percebemos na fala de uma das dirigentes regionais:

A questão da raça, e da etnia, é um pertencimento de cada um, eu, me acho mais índia do que negra, mas eu não sei minha etnia, perdeu entre São Caetano da Raposa e Pombos, aqui é a região que foi dos meus bisavós que eram índias, como eu não sei, nem consigo ir buscar, eu me assumo como negra, porque sou bisneta de índia, e bisneta de negra. E me assumo com orgulho. Mas tem muitas mulheres que ainda não se assumem e você não pode impor. Isso é uma questão que a gente precisa trabalhar, primeiro nos empoderar, da questão racial e étnica, para depois fazer uma discussão e uma discussão com uma dinâmica que seja acessível ao entendimento de todas as nossas trabalhadoras rurais. E não é fácil. Raça e etnia é o que é menos discutido. A gente precisa nos capacitar mais, para poder ser um agente multiplicador, porque só pode transmitir aquilo que você sabe, e a gente domina muito pouco esse tema para discutir numa oficina, até a gente pode fazer uma oficina raça e etnia, não pode aprofundar muito, porque é uma coisa ainda com muita complexidade para a gente trabalhadora rural. (Diário de Campo, dirigente estadual, 06/12/12)

Do mesmo modo que o MMTR-NE, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, tem sentido a ausência do debate sobre as questões referente a raça-etnia:

Essa parte da raça e etnia, é superado, é tranquilo, no campo do debate isso é pouco, diferente do campo da sexualidade, ela é mais leve, não é um cativeiro, a gente tem dentro do nosso território uma mistura grande, de raças e conseguimos inserir todos e dialogar. Aqui no nosso centro de formação, temos a participação de praticamente todos os sujeitos, nós temos um grupo de educadores indígenas que vem para cá fazer umas etapas, e que não tem nenhum enfrentamento, talvez pouco no campo de debate ainda, mas está inserido na luta.

Ambos os Movimentos tem tratado das relações étnico-raciais nas inter-relações, no entanto, as discussões em âmbitos formativos, com assembleias, mesas redondas, formações políticas, tem abordado temáticas mais gerais como a Reforma Agrária no, a luta pelo socialismo no MST. No MMTR-NE, o empoderamento e visibilidade da mulher, o feminismo. E, sobretudo, enquanto Movimentos estão lutando por uma sociedade politizada e igual para todos/as.

## **Conclusão**

Os cativeiros demarcam o cotidiano das Mulheres dos Movimentos Sociais do Campo, através de institucionalizações reconhecidas e reproduzidas durante os séculos, firmando-se com ideologias hegemônicas, as quais se proliferam nas formações dos sujeitos. Nesse sentindo, os cativeiros simbólicos que permeiam os dispositivos sociais, tem marcado as inter-relações existentes, não obstante, os Movimentos Sociais, marcados por esses simbolismos, lutam contra essas opressões que se estabelecem em âmbitos diferenciados, e que permeiam lugares e poderes consolidando verdades engendradas.

As mulheres têm assumido papéis políticos nos Movimentos Sociais, enfrentando opressões enquanto mulheres organizadas, e politizadas, ganhando visibilidade nas desconstruções das desigualdades sociais, e, sobretudo as que se referem às relações desiguais sobre raça-etnia.

As relações étnico-raciais têm sido permeadas por categorizações sociais, firmando-se dessa forma como cativeiros, portanto, as discussões sobre raça-etnia, nos Movimentos Sociais do Campo ainda estão restritos em termos de formações, requerendo nessa perspectiva, vieses formativos, que alcancem as

mulheres da base, as mulheres da liderança, e, alcance a sociedade. Compreendemos com isso, a importância de formações que explique e exemplifique o percurso histórico que instituiu o patriarcado, a ideia de raça "superior e inferior", os mecanismos de poder, os quais instituem as desigualdades sociais.

### Referências Bibliográficas

ADESKY, J. d'. **Racismos e anti-racismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo** Rio de Janeiro: Pallas: 2005.

BELLUCCI, Mabel y RAPISARDI, Flavio. **Identidad: diversidad y desigualdad en las luchas políticas del presente. En publicación: Teoría y filosofía política. La tradición clásica y las nuevas fronteras** Atilio A. Boron CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 2005.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Tese de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Cd Clacso. Colima, México: Centro Nacional Editor de Discos Compactos, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab". In: **Revista Crítica**, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SANTOS, J. R. dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense: 1984

VALLA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO (orgs), José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais**. 11ª Edição. P. 101-128. Porto: Afrontamento, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Vozes da Diáspora Negra, Volume 3).

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje** / Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global, 2006. – (Coleção para entender).

MIGNOLO, Walter D. **LA IDEA DE AMERICA LATINA – la berida colonial y la opción decolonial**, traducción de Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Primera edición: mayo de 2007, Barcelona.

---

[1] Graduanda de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – ranuzianettinha@hotmail.com Bolsista PIBIC com o subprojeto CATIVEIROS DA TRABALHADORA RURAL - RAÇA/ ETNIA, GERAÇÃO E SEXUALIDADE: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS MULHERES DO MST-PE E AS DO MMTR-NE, sob a orientação da Profa. Dra. Allene de Carvalho Lage (UFPE/CAA).

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, NFD/CAA e docente do quadro permanente do PPGEDUC. Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina. Pós-doutora em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Doutora em Sociologia

pela Universidade de Coimbra (2006).

[3] *Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM, 2005.